

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.179 - GO (2019/0355350-1)**

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : CAMILLA CRISOSTOMO TAVARES  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por CAMILLA CRISOSTOMO TAVARES contra acórdão lavrado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

O compulsar dos autos revela que a recorrente foi denunciada como incurso nas sanções penais previstas no art. 35, c/c o art. 40, I, ambos da Lei n. 11.343/2006.

Na ação originária, alegou a defesa, em síntese, a atipicidade da conduta imputada à recorrente, "pois atuava no exercício da advocacia e no direito de defesa de seus clientes, tratando-se de regular comunicação entre cliente e advogado, orientando-os no sentido de que não se autoincriminassem e buscando a ampla defesa" (e-STJ fl. 585). Sustentou, ademais, "que a denúncia se baseia em apenas uma prova, a qual entende ser ilícita", qual seja, "interceptação telefônica sem prévia autorização judicial para que fosse afastada a prerrogativa funcional da inviolabilidade da correspondência telefônica entre advogado e cliente, no pleno exercício regular da profissão, conforme dispõe o art. 7º, II, da Lei nº 8.906/94" (e-STJ fl. 585). E pugnou, assim, pelo trancamento da Ação Penal 0016314-65.2019.4.01.3500.

A ordem foi denegada, nos termos do acórdão de e-STJ fls. 585/599.

Nas razões do presente recurso ordinário, a defesa reafirma as alegações originárias e pede, liminarmente e no mérito, o trancamento da ação penal (e-STJ fls. 5/17).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito recursal, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste recurso.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator